

Notas comprometidas sobre a discussão dos efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, antropologia e a atualidade da temática

Ana Maria Daou

A discussão sobre a construção de grandes barragens e seus efeitos sociais, ou como aparece com mais frequência, seus “impactos,” é de enorme atualidade, seja nos debates públicos, seja nos fóruns acadêmicos. O tema ganha relevância em contextos em que os investimentos materiais e simbólicos desenvolvimentistas ganham maior visibilidade. Coloca em projeção questões caras à perspectiva antropológica, pois tais investimentos são planejados para áreas onde vivem povos “tradicionais,” comunidades ribeirinhas, camponeses, agricultores, comunidades quilombolas e povos indígenas, grupos sobre os quais a reflexão antropológica historicamente se deparou. Por sua vez, são estes os segmentos sociais frequentemente associados ao que pode ser suprimido ou “melhorado” na sociedade do presente, como parte de projetos modernizadores e desenvolvimentistas em que se delineiam verdadeiros projetos de nação. Vale aqui lembrar a semelhança entre as práticas de deslocamento compulsório nos grandes projetos e as estratégias administrativas observadas em contextos coloniais, vista por diversos autores (Bourdieu e Sayad 1964 *apud* Sigaud 1986), em que estão em jogo o controle das populações e a liberação de seus territórios originários para o mercado de terras. A temática da produção de energia hidrelétrica está no centro do debate sobre as opções de desenvolvimento e crescimento. Estas se traduzem no conhecido par de oposição entre moderno x tradicional, a partir do qual são desqualificadas a pequena propriedade e as formas tradicionais de apropriação do território e dos recursos naturais, que nega às populações – camponesas e indígenas – sua qualidade de sujeitos sociais. Com isso, nega-lhes a capacidade de enfrentamento nos processos de mudança social a que são submetidos, dada a inexorabilidade atribuída aos projetos de engenharia e produção de energia e sua coexistência com a sociedade hegemônica.

Qual a contribuição da análise antropológica para a reflexão sobre os problemas suscitados pelos projetos de geração de energia elétrica advindos da fonte hídrica, modalidade de produção de energia que se mantém hegemônica no Brasil? Como pensar

as questões indicadas pela literatura como “impactos,” “impactos ambientais,” “impactos sociais” causados por grandes obras, como as barragens, de uma perspectiva que considere a diversidade dos pontos de vista e identifique valores diferenciados entre os agentes sociais submetidos a tais processos?

A magnitude que toma a questão da produção de energia na sociedade brasileira complexifica-se pelo fortalecimento dos movimentos sociais e pela atomização do debate em diferentes esferas de regulação e atuação. É certo que o caso das hidrelétricas certamente não passa ao largo do que nos termos de José Sergio Leite Lopes se traduz em uma crescente “ambientalização” dos conflitos sociais, evidenciada nas três últimas décadas (Lopes 2004), pois é notável o encompassamento das questões relativas à produção de energia hidrelétrica pela agenda ambiental. Esse processo de ambientalização dos conflitos sociais tem efeitos não apenas no modo como os agentes sociais têm se mobilizado na luta por direitos e reivindicações, como também tem alterado as formas de intervenção e, conseqüentemente, o modo como se expressam as disputas e os interesses quanto aos usos sociais da água, consagrados no licenciamento ambiental.

As proposições iniciais apresentadas por Lygia Sigaud (Sigaud, 1986) para uma “antropologia dos grandes projetos” se mantêm rentáveis e estimulantes para reflexões do presente relacionadas à temática dos efeitos sociais da produção de hidreletricidade, os quais estão na base dos conflitos e das disputas que concorrem no acesso aos recursos hídricos e seus usos.

Discuto a seguir¹ questões que tanto nortearam quanto promoveram um conjunto de investigações sobre os “efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos” coordenadas por Lygia Sigaud (1986).²

¹ Particpei do projeto coordenado por Lygia Sigaud sobre efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, no qual me inseri como aluna do mestrado em Antropologia Social, no PPGAS/MN, de 1985 a 1992. A partir daí, meu envolvimento com a temática foi mais distanciado e se deu sobretudo pela orientação de tese, monografias e participação em bancas. Na última reunião da Associação Brasileira de Antropologia, ocorrida em agosto de 2010, em Belém, coordenei, juntamente com Henyo Barreto Filho, o grupo de trabalho denominado “Licenciamento Ambiental de Grandes Obras como Objeto de Análise e Lugar do Ofício Antropológico: etnografia reflexiva de poderes e engajamentos.” O encontro de trabalho ensejou a reflexão que aqui apresento – em resposta à solicitação dos alunos da UFSCar, empenhados no lançamento de sua revista eletrônica e certamente interessados na temática dos efeitos sociais da produção de energia hidrelétrica de notável presença no estado de Santa Catarina. Agradeço a Clarice Cohn a sugestão e a Marília Lourenço o convite estímulo a realização do trabalho

² Ver Sigaud 1986, 1989, 1995; Daou 1988, 1990, 1996; Martins-Costa 1989, 1990; Faillace 1990; Vianna 1992; Magalhães 1988.

Efeitos x Impactos, comparação e mudança social

A análise sobre os efeitos sociais da produção de energia hidrelétrica constitui um recorte no vasto conjunto de abordagens que este tipo de investimento suscita, seja pela extensão territorial do projeto, seja pelo montante do investimento, ou pelo valor dos patrimônios ambientais que serão destruídos ou alterados, revelando-se uma temática interdisciplinar, o que pode vir a promover um mascaramento das questões a serem tratadas em sua especificidade. A aproximação da antropologia com a temática das barragens se deu, originalmente, em razão da tradição dos estudos antropológicos para com populações que vivem em áreas onde ocorre este tipo de intervenção.

Em artigo publicado em 1986, Sigaud faz críticas ao modo como os antropólogos vinham conduzindo a reflexão sobre as barragens, e apresenta os resultados preliminares da pesquisa que tinha como objetivo “o estudo comparativo dos efeitos, para a população camponesa, da intervenção do Estado visando à construção de hidrelétricas.” (Sigaud 1986: 2)

A literatura internacional voltada para a discussão de grandes projetos hidrelétricos privilegiava o conhecimento de regularidades e pretendia generalizar os efeitos dos projetos de construção de hidrelétricas em contextos sociais muito distintos. Ao contrário da previsibilidade embutida na concepção anterior, tratava-se sobretudo de observar a especificidade das organizações sociais, assim como as diferenças entre sociedade, que estão na base dos modos diferenciados de lidar com a “intervenção das agências pela população local.” (Sigaud 1986: 5) Na revisão da literatura, a autora critica a perspectiva “aplicada” do que vinha sendo feito pela “Antropologia das barragens,” em que as questões tratadas e problematizadas pela maioria dos trabalhos eram produzidas a partir de outras formuladas fora dos referenciais da antropologia e da etnografia. Eram comprometidas com questões vinculadas aos interesses das agências responsáveis pela implantação dos projetos de geração de energia que, preocupadas com os “impactos” causados por suas ações, então “se dirigem a especialistas para que produzam respostas a algumas de suas questões.” (Sigaud 1986: 5) Nestas abordagens os “impactos” produzidos pelas obras e pelo deslocamento compulsório eram vistos como “respostas culturais da população à intervenção.” (*op.cit.*) Estimava-se que passados alguns anos ocorreria uma “acomodação,” impondo-se com isto uma temporalidade prévia e externa às sociedades estudadas.

A crítica a esta abordagem levou à reflexão sobre o processo de mudança cultural

desencadeado pela intervenção à luz da observância de cada caso, sem privilégio de indicadores que sinalizassem “recuperação” do padrão de vida anterior ou ainda uma normalização sobre a vida social. Tratava-se de considerar que a intervenção de agências produz mudanças “resultantes de um processo social que se desencadeia na área a partir da intervenção do Estado e também da estrutura social preexistente.” (Sigaud 1986: 9) A análise do caso das barragens de Sobradinho³ e de Itá e Machadinho foi produzida a partir da premissa de que a atuação das agências “produz efeitos para a população local” e que estes efeitos seriam “resultantes de um processo social que se desencadeia na área a partir da intervenção do Estado e também da estrutura social preexistente.” (Sigaud 1986: 5)

Em torno do deslocamento compulsório, ou do processo de “realocação da população” (Scudder 1973; Patridge 1983 *apud* Sigaud 1986: 33), ponto nevrálgico nas avaliações sobre “impactos,” Sigaud, em sua crítica, afasta a possibilidade de considerá-lo como resultado da intervenção proposta, de cima para baixo, pela ação do Estado ou pelo encaminhamento de soluções técnicas. Propõe entendê-lo como resultado de um “processo político” no qual deve ser observado o conjunto das mediações. “Estas não podem ser ignoradas sob pena de se perder a especificidade do concreto da vida social.” (*op.cit.*: 34)

Os estudos iniciados a partir do caso de Sobradinho⁴ e Machadinho foram significativos para evidenciar que, nas distintas situações empíricas, **efeitos** promovidos por intervenções de grande porte, como a construção de hidrelétricas, não se atêm ao que preveem os documentos das empresas e agências do Estado e não são, portanto, produtos exclusivos da atuação do Estado.⁵

A concepção da pesquisa privilegiou a perspectiva comparativa e considerou a diversidade das posições sociais da população envolvida nos processos em pauta,

³ A barragem de Sobradinho, situada a 50 km da cidade de Juazeiro, Bahia, foi construída entre os anos de 1973 a 1978, pela Chesf, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, concessionária da Eletrobrás. Para a formação do lago de 4.124 km² foram parcialmente inundadas terras dos municípios de Juazeiro, Sento Sé e Xique-Xique, situados na margem direita e de Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado na margem direita. Cerca de 70.000 pessoas foram deslocadas de povoados e cidades- as sedes dos município- sendo a maioria de camponeses.

⁴ Machadinho foi o primeiro dos 22 barramentos previstos para a bacia do rio Uruguai, na confluência dos rio Pelotas e Apuê, entre os estados o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pela ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil. A previsão era de formação de um reservatório de 270 km², com a inundação do distrito de Carlos Gomes e numerosos povoados. A população predominantemente camponesa era contabilizada em aproximadamente 11.200 pessoas, com alta densidade populacional (Sigaud 1986: 69).

⁵ A aproximação entre os procedimentos administrativos das potências coloniais e os deslocamentos compulsórios das grandes obras, como as barragens, seja pelas técnicas de “remoção,” “isolamento,” foi tratada por Sigaud (*op. cit.*) e Almeida (1996: 471)

predominantemente camponesa. Os casos que ensejaram a discussão apresentavam tanto semelhanças quanto diferenças significativas, possibilitando a contraposição de “duas situações que, embora se assemelhem por terem sido criadas a partir de iniciativas do Estado brasileiro e por atingirem fundamentalmente uma população camponesa (...), apresentam efeitos bastante diferenciados” (Sigaud 1986: 40) em decorrência, por exemplo, das diversas posições sociais que ocupavam.

Quanto à variável política, os projetos eram distintos. Sobradinho foi concebido em momento de autoritarismo político, “o que contribuiu para inibir reações por parte da população a ser compulsoriamente deslocada” e distinguia-se em termos de subordinação, isolamento e ausência de organização política (*op.cit.*: 105). No rio Uruguai houve intensa mobilização da população de toda a área atingida assim que o projeto foi tornado público. Por sua vez, os processos históricos de ocupação das respectivas áreas, os modos de apropriação do espaço – o acesso a terra, inclusive – marcaram significativamente as condutas dos camponeses em ambos os contextos. Ou seja, a perspectiva valorizada por Sigaud pretendeu entender os efeitos da intervenção em abandono à concepção de que a implantação de barragens promovia impactos relativamente previsíveis e por tempo determinado, com provável acomodação e reajuste da vida social. Ao referir-se a efeitos sociais, privilegiou a dimensão política dos processos analisados e a dinâmica da vida social expressa na reação diferenciada da população em face das imposições do Estado, na defesa de seus interesses e estratégias de reprodução social, o que seria, de seu ponto de vista, um “impacto político” ignorado pela literatura.

A análise conduzida por Sigaud, antes mesmo da realização de trabalho de campo e ancorada na documentação relativa às barragens de Sobradinho e Machadinho, abriu toda uma possibilidade de reflexão sobre os fenômenos que resultavam da implantação de grandes projetos incorporando a especificidade da experiência vivida pelos “homens de carne e osso,” o concreto da vida social, como gostava de dizer.

Quanto ao caso do rio São Francisco e da barragem de Sobradinho, os trabalhos de campo ali realizados, passados quase 10 anos após o fechamento do lago, foram de notável significado para o entendimento dos processos desencadeados pela construção da obra para a população camponesa submetida ao deslocamento compulsório. Por sua vez, o conjunto de estudos proporcionou um corpus de reflexão sobre as condutas e as representações dos camponeses em face das grandes barragens, assim como deu margem

à pesquisa sobre aspectos da mudança social associados a grandes projetos, como veremos a seguir.

Na borda do lago

Em 1985, o *survey*⁶ realizado junto à borda do lago de Sobradinho, com passagem pelos municípios de Sento Sé, Juazeiro, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado e realização de entrevistas junto aos camponeses dos novos povoados construídos na borda do lago, deu-nos pistas para o entendimento das condições em que viviam os “reassentados” pela barragem e de um processo mais amplo referido à estrutura fundiária dos municípios acima citados e ao mercado de terras com dramáticas consequências para a população camponesa.

Por toda a volta do lago estavam presentes cercas de arame farpado que cerceavam o acesso à água e constrangiam os caminhos. Margeando a estrada, eram uma constante em todos os municípios visitados, o que estimulou a reflexão em que se observa a extrema concentração fundiária e a conseqüente expropriação do campesinato ocorrida em Sobradinho, antes mesmo do fechamento do lago. O “cercamento” ali também colocava em mercado as terras contíguas à água, empobrecidas pela supressão das cheias anuais mais favoráveis à agricultura irrigada e à implantação de grandes projetos de irrigação. Por sua vez, como o lago não reproduzia a dinâmica da vazão do rio, a retomada do processo produtivo foi sendo inviabilizada mesmo nos lotes situados na borda do lago, os quais requeriam o uso de motores de irrigação. A maioria dos camponeses ficou confinada a uma agricultura dependente das chuvas, inviabilizada pelos anos de seca que tomaram a região. Aqueles mais capitalizados conseguiram motores de irrigação através de empréstimo bancário e passaram ao cultivo comercial de cebola irrigada nos lotes da borda (Sigaud, Martins-Costa e Daou, 1987). A venda dos lotes recebidos foi muitas vezes o único recurso para viabilizar os cultivos. Em muitos casos era melhor ter um motor que um lote de terra sem o lameiro do rio e, portanto sem água.

⁶ Participaram Lygia Sigaud, Ana Maria Daou e Ana Luiza Martins-Costa.

A retirada da barragem, crença e descrença nas condutas quanto ao deslocamento compulsório

Em artigo publicado em 1995, Sigaud retoma os dados já acumulados sobre os efeitos sociais das barragens de Sobradinho, Machadinho e Tucuruí,⁷ no Pará, para refletir sobre as determinações sociais das condutas em face do deslocamento compulsório. Buscou um afastamento das análises sobre este tipo de situação social, presas a esquemas interpretativos fortemente marcados pelas questões práticas, ancoradas em uma “mentalidade estatística” (Cardoso de Oliveira *apud* Viveiros de Castro 1988) “das quais se ocupam os responsáveis pelo deslocamento e os militantes que a eles se opõem.” (Sigaud 1995: 163) Que condições sociais explicariam as reações diferenciadas dos camponeses diante do deslocamento e das “soluções” apresentadas, no caso de Sobradinho? Que mediações permitiram que as políticas de deslocamento fossem ou não implementadas? Como as estratégias diferenciadas dos indivíduos participaram das decisões relativas ao deslocamento?

Em Sobradinho predominou a descrença quanto à subida das águas e à necessidade de deixar a beira do rio anunciadas pelos técnicos da Chesf. Esta descrença foi mediada por um esquema de percepção cultural – o modelo da retirada – no qual o rio ocupava posição central, conforme propõe a reflexão de Martins-Costa (1989), em sua etnografia sobre o povoado de Itapera. Para Sigaud, os camponeses que ocupavam posições sociais “fortes,” em povoados com grande coesão social, a descrença na subida das águas relaciona-se ao interesse de permanência e manutenção do amplo capital de relações sociais, como foi o caso do povoado de Itapera; para a minoria, a crença na subida das águas e a concordância no deslocamento para as agrovilas estiveram referidas ao interesse em capitalizar a saída e ter acesso a melhores condições do que aquelas existentes junto ao rio, sendo esta expectativa nutrida pela propaganda sobre as agrovilas apregoada pela Chesf. Em Sobradinho, a informação sobre a construção da barragem era dada por um funcionário da Chesf que se apresentava como representante do governo. Tratava-se de uma ordem que, no entanto, não foi imediatamente acatada. Sigaud propõe como pouco provável que a recusa em sair expressasse um “ato de rebeldia” — e argumenta no sentido de mostrar que a sua decisão resultou de uma elaboração coletiva que tornou a “descrença de uns” em um descrença coletiva (1995: 174-175). A maioria dos camponeses decidiu permanecer nos novos povoados construídos junto à borda do

⁷ Ver Sigaud 1986, 1989; Sigaud, Martins-Costa e Daou 1987; Daou 1990; Martins-Costa 1989, 1990; Faillace 1990; Magalhães 1996.

lago e, embora esta não fosse uma proposição da Chesf, acabou se impondo sobre as demais possibilidades.⁸

As condições sociais preexistentes, expressas nas posições dos indivíduos no espaço social, assim como no papel dos mediadores na divulgação dos acontecimentos da barragem, se constituíram em determinantes sociais significativos para a tomada de posição dos indivíduos e para o entendimento das condutas diferenciadas quanto ao deslocamento. Em Sobradinho, o anúncio da barragem era feito por técnicos, desconhecidos e estranhos à população e à vida ribeirinha; suas insistentes afirmativas de que os ribeirinhos deviam sair de seus tradicionais locais de moradia, “pois as águas subiriam,” foram entendidas à luz do conhecimento e das práticas sobre as cheias do rio São Francisco, assim como estas condutas foram determinadas pelos interesses na manutenção dos patrimônios familiares e das posições sociais.

A insistência dos camponeses em permanecer junto ao rio até o último momento, considerada como expressão “de atraso” e “tradicionalismo,” foi politicamente estratégica, pois ensejou a possibilidade de permanência junto à borda do lago. O caso da nova Itapera – povoado onde Martins-Costa realizou a pesquisa de campo – é ilustrativo para a compreensão da recusa em deixar a beira do rio. Para relatar a saída da beira do rio da antiga Itapera, por ocasião da formação do lago, os camponeses não se utilizavam dos termos apresentados nos documentos sobre a transferência, o reassentamento ou o deslocamento. Faziam uso do termo retirada, carregado de sentidos e relacionado às enchentes do rio São Francisco. No passado, nos anos em que o povoado onde viviam era atingido pelas chamadas enchentes altas, era preciso retirar, a categoria nativa, cujos significados remetiam tanto à retirada dos pertences – utensílios e animais – para que não ficassem sob as águas da enchente, quanto à saída dos ribeirinhos que, com suas famílias e parentes, abandonavam temporariamente suas casas e iam para os lugares altos. Nos “lugares de retiro,” situados no alto, permaneciam até que as águas baixassem. Martins-Costa assinala o caráter provisório e coletivo dessas ocasiões ditadas pela subida excepcional das águas e demonstra como as formas tradicionais de apreensão do tempo e do espaço, consagradas no que chama de “modelo da retirada,” incidiram na representação camponesa sobre a formação do lago de forma decisiva para o rumo dos acontecimentos (Martins-Costa 1989: 63).

⁸ Em função do processo de negociação e da posição irredutível da maioria quanto à permanência nos locais onde viviam, foi possível permanecerem povoados rurais construídos junto à borda do lago; sair para as chamadas “agrovilas,” ou seja, o projeto de colonização concebido pelo INCRA no município de Serra do Ramalho; e a “solução própria,” que significava sair da borda do lago rumo a outros municípios.

Assim, “a formação do lago de Sobradinho e o deslocamento compulsório para suas margens incidiram sobre o sistema de representações e percepções do mundo dos camponeses que habitavam tradicionalmente as ilhas e as margens do rio São Francisco.” (Martins-Costa 1989: 286) Como explica a autora, é possível entender a difícil comunicação entre os técnicos e os camponeses descrentes na anunciada subida das águas para a formação do lago não como um problema “pedagógico” – como colocava a literatura internacional quanto a outras situações sociais em que a população camponesa tanto se recusava a deixar a área quanto não acreditava no que era anunciado (cf. Takes 1973 *apud* Martins-Costa 1989: 288). Tratou-se sobretudo de um problema cultural “de comunicação entre ordens culturais distintas, que atribuem significados diversos a um mesmo acontecimento.” Para os ribeirinhos, a formação do lago era, digamos, impensável e não houve, no momento em que a Chesf anunciava as obras, a atuação de intermediários políticos “que obtivessem sucesso na tradução daqueles dois códigos mutuamente ininteligíveis.” (Idem) Assim, a atuação dos camponeses do rio São Francisco, movida pela centralidade que o rio tomava em suas vidas como notável demarcador da vida social, não foi sem efeito para as negociações relativas ao deslocamento e para as estratégias dos camponeses visando garantir sua reprodução social.

Ainda o rio

O valor social do rio São Francisco está na base das condutas dos camponeses de Sobradinho, como pude observar em outro momento. Muitos anos depois da “retirada da barragem,” alguns camponeses realizavam um novo deslocamento. Este agora de retorno à borda do lago e adjacências, diante da avaliação negativa encontrada nas situações escolhidas no momento em que deixaram seus povoados na beira do rio.

No início dos anos 1990, realizei trabalho de campo no município de Xique-Xique, Bahia, situado à montante do Reservatório de Sobradinho. Por intermédio do sindicato de trabalhadores rurais e de contatos no mercado da cidade, encontrei muitos deslocados pela barragem e que tinham ido viver à jusante do lago, em Xique-Xique, para onde haviam saído dez anos antes, na expectativa de se manterem próximo ao rio e ao lago e obterem condições de produção similares às do passado. Estavam também em Xique-Xique alguns do que haviam ido para as agrovilas convencidos de que melhorariam de vida, mas depois de dois anos de permanência, insatisfeitos com as

condições encontradas, desistiram e voltaram para Xique-Xique. Incapazes de se adaptarem às condições de vida e aos controles e constrangimentos relatados para a experiência da agrovila, preferiram viver como meeiros em ilhas fluviais no município de Xique-Xique. Plantavam em condições próximas àquelas da antiga beira do Rio; as mulheres faziam seus canteiros de verduras que vendiam na feira, os filhos estudavam na escola municipal.

Outro casal morava na cidade, e tinha roça arrendada em outra ilha, já que na margem do rio era intensa a concentração fundiária e a presença de cercas impossibilitando o acesso a terra e à água. O rapaz, filho do casal, não tinha interesse em trabalhar na roça, mas frequentava as casas de parentes, no Alagadiço, povoado situado na borda do lago para onde a família de Xique-Xique se dirigia em determinadas épocas do ano, por ocasião das festas ou para fazer farinha. Os “antigos terrenos” eram locais valorizados e estabeleciam um elo entre o tempo e o espaço – e as formas de sociabilidade – próprias do “tempo do rio.” Eram terrenos que no passado adentravam a caatinga, frequentados por vaqueiros ou por grupos que ali realizavam romarias para o pagamento de promessas. Com a formação do reservatório, não foram submersos e mantiveram-se próximos à borda do lago. Com o passar dos anos, foram sendo reapropriados pelos que já os frequentavam desde o “tempo do rio” como parte de seus antigos território. No retorno temporário a estes “antigos terrenos,” indivíduos hoje residentes em Xique-Xique reforçam laços identitários e atualizam formas de reprodução referidas ao “tempo do rio” e aos valores que lhe eram solidários. (Daou 1996: 487)

As estratégias acionadas evidenciam a profunda conexão com o espaço-tempo do rio e são expressivas de que a temporalidade das mudanças socioculturais extrapola, em muito, a temporalidade da obra; sucessivos deslocamentos expõem aqueles camponeses – invisibilizados nas estatísticas – a uma dramática situação de desenraizamento.

“Atingidos” e “Region”

O material sobre Itá⁹ e Machadinho foi ampliado pela investigação de Faillace (1990) e Vianna (1992). A diversidade do campesinato estudado ancorava-se em

⁹ A hidrelétrica de Itá também faz parte dos 22 barragens projetadas para a bacia do rio Uruguai, informação tornada pública no final dos anos 1970. O cadastro sócio- econômico previa o deslocamento de aproximadamente 16.700 de pessoas que viviam a área rural, de alta densidade demográfica, como a apresentada por Machadinho. 70% de agricultores com notável diversidade étnica e religiosa ali vivam. O empreendimento situava-se a cerca de 580 km de Florianópolis (direção oeste), sob responsabilidade da Eletrosul.

diferenciações étnicas, religiosas remetidas à história da ocupação da região. Assim, nos termos da autora, “para além de um todo indiferenciado concebido pela Eletrosul através do termo **proprietário**, o campesinato **atingido** vivencia diferencialmente a intervenção do Estado em função de características culturais preexistentes.” (Faillace 1990: 236)

A análise da categoria “atingido” e seu uso diferenciado explicam os encaminhamentos das negociações entre os camponeses e a Eletrosul. Com a mediação da Comissão de Atingidos por Barragens, os camponeses redimensionam o sentido originalmente dado ao termo “atingido” pela empresa. Ao se reconhecerem como “atingidos,” associaram ao termo aspectos de sua experiência comum, das redes de sociabilidade e dos diferentes planos de organização social que estavam na base da “comunidade” que ali se apresentava. Em Sarandi, itens relativos aos patrimônios religiosos e a dimensões da vida social não redutíveis à submersão de terras pelas águas e não objetivados em patrimônios materiais, ou que não eram parte das propriedades serão incluídos nas negociações com a Eletrosul. Assim, a população, incluiu nas negociações aspectos que convocavam, certamente, o entrelaçamento de valores, sentimentos – muitas vezes traduzidos em normas, obrigações sociais vinculadas ao parentesco ou ao pertencimento a comunidades étnicas ou religiosas. Rompiam e alargavam, desta forma, o esquema de percepção do empreendimento que associava “atingido” ao proprietário, e reconhecia “comunidade” como um espaço geográfico circunscrito. Lembro, como indica Arlene Renk, que “a condição camponesa, os esquemas de percepção e as metáforas práticas são passíveis de uma desterritorialização” (Renk 2004: 93) e, naquele contexto, cuidavam os camponeses de dar sustentação à sua reprodução social e simbólica.

São grandes as diferenças quanto ao deslocamento compulsório para os casos de Sobradinho e de Itá e Machadinho no Alto Uruguai, pois, ao contrário de Sobradinho, não havia disponibilidade de terras livres. O deslocamento, como se fez, não foi previamente proposto, mas resultou do enfrentamento entre os interessados e a empresa. Como propõe Sigaud, o deslocamento não resulta do planejamento prévio “dos fazedores de grandes projetos.” As decisões dos agentes sociais se deram a partir de suas posições sociais diferenciadas e, nos dois casos, as mediações – no anúncio e na condução do processo – é que permitiram que as políticas de deslocamento fossem ou não implementadas. Nos casos analisados, conclui Sigaud ser notável que as “situações de deslocamento compulsório propiciaram explicitação de interesses e o

desenvolvimento de estratégias visando a contemplá-los.”

Neste sentido, o trabalho de Faillace (1990) é esclarecedor quanto à gênese da categoria “atingido;” categoria autoclassificatória que se consolida no processo de luta entre a Comissão de Atingidos por Barragens e a Eletrosul no que diz respeito às indenizações, às garantias de acesso a terra e à reprodução dos patrimônios que reafirmam identidades étnicas. No Alto Uruguai, a ideia da barragem como uma tragédia era uma ideia plausível para aquele campesinato, conhecedor, por exemplo, da dramática situação dos camponeses expulsos pela Barragem de Itaipu, que se mantinham sem terra desde as obras de sua construção na década de 1970. Porta-vozes de grande legitimidade se instituíram como mediadores dos camponeses e conduziram todas as negociações com a Eletrosul; formaram a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – a Crab.

O anúncio das obras da barragem e seus desdobramentos, vistos como uma ameaça coletiva, era feito pelos mediadores e não pela empresa. Naquele contexto de intensa vida associativa, através da participação em clubes, escolas comunitárias, capelas de diferentes tradições religiosas e sindicatos, “associar-se [à Crab] para garantir interesses constituía um padrão de conduta.” (Sigaud 1995: 175) O trabalho desenvolvido pela comissão levou camponeses de Itá e Machadinho a se autodefinirem como “atingidos” pelas barragens (Faillace 1990). Os associados passaram a manifestar publicamente suas posições em relação à construção das barragens, fizeram passeatas, foram à Brasília e sustentaram diversas situações de enfrentamento com a empresa. A Crab definiu as condições de deslocamento dos “atingidos” conforme as propostas do próprio movimento e os interesses diferenciados dos camponeses (Sigaud 1995: 174).

Outros segmentos do campesinato de Santa Catarina “atingidos” ganharam visibilidade naquele contexto, como se vê na análise de Vianna (1992) sobre camponeses de ascendência polonesa que se mobilizam a partir da história da migração. Enfrentam a Eletrosul – sequestro de técnicos, supressão dos marcos – conseguem alterar o ritmo das obras e as condições de indenização. Camponeses de origem polonesa se reafirmaram por meio de estratégias de reprodução do grupo, como a remigração para Carlos Gomes, empreendidas para reforçar relações sociais e consolidar sua etnicidade articulada à manutenção do território que denominam “region,” central para a “polonidade” que assim se reafirmava.

Nos trabalhos aqui citados as categorias “retirada,” “atingidos,” ou “region”

privilegiadas pelas análises de Martins-Costa (1989), Faillace (1990) e Vianna (1992), foram entendidas como construção histórica e tomadas como indícios significativos para as investigações sobre o modo como as populações vivenciaram a experiência de deslocamento compulsório. O conhecimento antropológico utiliza-se de técnicas de observação direta e da permanência em trabalhos de campo prolongados que, justamente, possibilitam o acesso às situações empíricas analisadas e o envolvimento com elas. Assim, categorias nativas observadas no convívio da pesquisa de campo e explicitadas pelos agentes sociais no momento em que organizavam suas experiências revelam modos de entendimento e de orientação das decisões tomadas quanto ao deslocamento compulsório. Articulam-se a referenciais mais amplos não necessariamente percebidos pelos que as enunciavam; as investigações mostraram o potencial que o conhecimento das experiências nativas em seus próprios termos propicia quanto ao entendimento dos efeitos sociais de grandes projetos cuja dramaticidade, como as iniciativas das guerras coloniais, promovem a explicitação dos valores e dos interesses que fazem os grupos sociais.

Das águas e dos rios

A etnografia apresentada por Martins-Costa (1989) remete exatamente a uma dimensão da relação com a água desconsiderada pelas avaliações que a tratam de uma perspectiva utilitarista e como recurso ambiental para a produção de energia. O rio São Francisco dispõe de um acúmulo de referências históricas como rio de acesso ao sertão, de aldeamentos indígenas, do caminho do gado e, já no século XX, da “integração nacional.” O rio São Francisco, que corta o polígono das secas, mescla-se à história territorial do país e aos inúmeros investimentos simbólicos que para lá concorreram. É certo, no entanto, que os ribeirinhos do São Francisco têm consigo histórias de uma vivência do rio negligenciada quando se trata da produção de energia e do uso das águas segundo a perspectiva utilitarista que se consagra na expressão hidronegócio, proposta por Renk e Wrinckel (2010), a propósito da mercantilização da água expressa na implantação de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs – em grande número no rio Uruguai e seus afluentes.

O mesmo pode ser concebido para o rio Uruguai que, do ponto de vista de antigos viajadores, era palco de uma luta “braba, pesada, de sofrimento” no enfretamento das

águas, do rio e das chuvas. Outrora, vencer o rio e a correnteza era o único meio de chegar ao destino final e completar o escasso fluxo de trocas mercantis. Em suas balsas, os viajeros se protegiam para a ultrapassagem dos saltos e das corredeiras e suportavam o frio e as ventanias (CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina 2008: 22-23).

A etnografia e as histórias de vida são abordagens estimulantes para recuperar a experiência de longa data, entranhada na paisagem, que se encerra nos corpos d'água, rios, córregos e lagoas, mas também nos cantos, poemas e mitos que envolvem as paisagens. Esta é a dimensão da memória, associada às práticas dos caboclos, em que a presença no/do rio Uruguai antecede à chegada dos colonos europeus, é reveladora da história silenciada pelos barramentos e pelos modernos usos do rio (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina 2008: 22-23).

De volta ao começo: para não finalizar

A definição de quem sejam os atingidos é certamente um dos objetos de disputa que envolve os responsáveis pela elaboração dos Estudos de Impactos Ambiental – os EIA/RIMA, as empresas e a população que vive nas áreas da intervenção.

Afinal, parte do custo da obra advém do pagamento de indenizações aos que são considerados atingidos pelas obras e pela formação do lago da barragem. A definição de quem é ou não atingido por um grande projeto envolve a capacidade de se “fazer ver,” por impor uma “divisão do mundo social” (Bourdieu 1989) em um campo de disputas em que atuam, de um lado, o Estado e suas agências, de outro, aqueles responsáveis pela elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental, Ongs, através de seus movimentos, e os órgãos ambientais (Ibama e órgãos estaduais) e as populações atingidas, em situação visivelmente assimétrica.¹⁰

Em outubro de 2010, foi assinado pelo presidente Lula o decreto que cria cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por barragens, e tem como objetivo facilitar a indenização da população atingida pelos empreendimentos. O recente decreto recoloca com muita ênfase a questão da definição de quem são os atingidos por uma barragem e certamente vai estimular acirradas discussões. Só se aplicará a empreendimentos licenciados a partir de 2010 e avanços

¹⁰ Sobre o papel da família na retomada do processo produtivo na borda do lago de Sobradinho, ver Martins-Costa (1990) e Daou (1989 e 1996).

políticos são reconhecidos pelo MAB – Movimento de Atingidos por Barragens, por estudiosos do tema, pois o procedimento tira das mãos das empresas interessadas nas obras a realização do cadastro, questão comprometedora já assinalada nos estudos iniciais dos efeitos sociais de grandes projetos (Sigaud 1986). No entanto, é preciso cautela quanto a vários aspectos que a elaboração de um cadastro suscita ao impor às negociações uma nova forma de controle que prioriza variáveis socioeconômicas, distanciadas dos valores que regulam a vida social, como intercede Andréa Zhoury.¹¹ Por sua vez, os casos aqui discutidos demonstram que os cadastros motivaram mobilizações e enfrentamentos explícitos e silenciosos.

Ao finalizar estas notas, fui surpreendida pela reportagem veiculada no caderno Economia, do jornal *O Globo*, de 9/01/2011, denominada “Desmatobrás.” Anuncia a construção, até 2019, de 61 hidrelétricas previstas no Plano Decenal de Energia da Eletrobrás, lançado em maio de 2010. A matriz hidrelétrica, através do uso dos recursos hídricos da Amazônia, é reafirmada. A reportagem alardeia as perdas ambientais traduzidas no desmatamento de vastíssima área. Apresenta-se uma Amazônia verde, novamente uma “floresta sem homens,” a ser “integrada” por linhas de transmissão de energia hidrelétrica. O viés marcadamente ambientalista que se enuncia no título da reportagem se confirma na ausência dos dados sobre aqueles em que as obras incidem. Aplica-se neste caso a ideia de que a proliferação do uso do termo ambiental ou socioambiental, para designar conflitos tradicionalmente considerados políticos, sociais ou econômicos, expressa “a tentativa semântica de cobrir a multiplicidade de dimensões envolvidas nas situações etnográficas focalizadas,” como propõe Henyo Barreto Filho em resenha sobre Leite Lopes (2002).¹²

As questões aqui tematizadas colocam novos desafios à investigação sociológica – sobre a produção de energia hidrelétrica no Brasil e seus efeitos sociais. Reafirmam o valor da abordagem antropológica na elaboração e na interpretação de dados afinados com a experiência vivida pelos atores sociais em face da imposição de estratégias de notável mercantilização de valores simbólicos, como os que encerram as relações com bens como a água, os rios e demais corpos d’água. Passados 25 anos do início da reflexão sobre os efeitos sociais de grandes projetos, observa-se que o termo “impacto” ou “impactos ambientais,” se impõe como termo hegemônico entre os especialistas do

¹¹ Ver ZHOURY, Andréa, entrevista publicada em notícias socioambientais – ISA – Instituto Sócio Ambiental <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3205>, acessado em 10/12/2010.

¹² Resenha disponível em http://www.antropologia.com.br/res/res29_1.htm#top, acesso em 31/01/2011.

“campo ambiental,” o que não deve contaminar a reflexão antropológica que problematize os efeitos advindos de seu uso.

Ana Maria Daou

Instituto de Geociências, Departamento de Geografia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A.W. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In: MAGALHÃES, S.B.; BRITTO, R de C. e CASTRO, E.R. de (orgs.). *Energia na Amazônica*. 2 vols. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade de Pará, Associação de Universidades Amazônicas, 1996. p.465-476.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. *Inventário da Cultura Material e Cabocla no Oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2008.
- DAOU, A.M.L. *Políticas de Estado e Organização Social Camponesa: a barragem de Sobradinho*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, PPGAS/MN, 1988.
- DAOU, A.M. “A solução própria em Sobradinho, uma proposta de pesquisa.” In (org). Os camponeses e as Grandes Barragens (relatório de pesquisa), mimeo. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1990.
- _____. Os “desobrigados da barragem”: longe e perto do lago. Uma reflexão sobre o deslocamento compulsório em Sobradinho. In: MAGALHÃES, S.B.; BRITTO, R. de C. e CASTRO, E.R. de (orgs.). *Energia na Amazônica*. 2 vols. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade de Pará, Associação de Universidades Amazônicas, 1996. p.477-490.
- FAILLACE, Sandra T. *Comunidade Etnia e Religião: um estudo de caso na Barragem de Itá (RS/SC)*. Dissertação de Mestrado, Programa e Pós-graduação em Antropologia Social, PPGAS/MN, 1988.
- LEITE LOPES, José Sérgio. Introdução. In: LEITE LOPES, José Sérgio (coord.); Antonaz, Diana; Prado, Rosane; Silva, Gláucia (orgs.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334p.
- MAGALHÃES, Sonia. O Desencantamento da Beira – reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES, S.B.;
- BRITTO, R de C. e CASTRO, E.R. de (orgs.). *Energia na Amazônica*. 2 vols. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade de Pará, Associação de Universidades Amazônicas, 1986. p.697-743.
- MARTINS-COSTA, A.L. *Uma Retirada Insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, PPGAS/MN, 1989.
- MARTINS-COSTA, A. L. A família e a reestruturação da vida social na borda do lago de Sobradinho, In Sigaud, L. (org). *Os camponeses e as Grandes Barragens* (relatório de pesquisa) mimeo. Vol II Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1990.



- RENK, Arlene. *Narrativas da diferença*. Chapecó: Argos, 2004. p.91-116.
- RENK, A. e WINCKLER, S. Barragens e PCHs no Rio Uruguai: populações tradicionais e invisibilidade oficial Trabalho apresentado na 27ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, Belém, 2010.
- SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricas: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação N° 9, 1986. 106p.
- SIGAUD, L.; MARTINS-COSTA, A.L. e DAOU, A.M. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Vértice/Editora Revista de Tribunais, 1987.
- SIGAUD, L., 1989. “O social sob controle”, mimeo, Rio de Janeiro, UFRJ, Museu Nacional, 28 pp
- SIGAUD, L. Crença, descrença e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In Rosa, L. P., Sigaud L. La Rovere, E.(Coords.). Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente-O caso das Grandes Barragens. Rio de Janeiro, UFRJ/ COPPE 1995.
- VIANNA, Aurélio. *Etnia e Território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- O GLOBO. Caderno de Economia. *Desmatobrás*, p. 29, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2011.
- VIVEIROS de CASTRO, E. e ANDRADE, L.M.M. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, L.A. e ANDRADE, L.M.M. (orgs.). *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p.7-23.
- ZHOURY, Andréa. Entrevista publicada em notícias socioambientais – ISA – Instituto Sócio Ambiental. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3205>, acessado em 10/12/2010.

Recebido em 21/01/2011
Aprovado em 21/01/2011